

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.347 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 2001

CAE



Antero Paes de Barros propõe estímulo a quem empregar jovens e pessoas com mais de 40 anos

Contratação de jovens pode receber incentivos

PÁGINA 4

CCJ



Cabral preside a CCJ, que analisa quarta-feira propostas de mudança na legislação eleitoral

Mudanças nas leis eleitorais entram em discussão

PÁGINA 5

CPI DO FUTEBOL



Álvaro preside a CPI do Futebol, que vai ouvir o ex-presidente do Flamengo Márcio Braga

Ex-presidente fala da situação do Flamengo

PÁGINA 4

Limitação de MPs será decidida nesta semana

O Plenário do Senado vota na quinta-feira, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que limita a edição de medidas provisórias. Na primeira votação a proposta recebeu 66 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção; se confirmada a aprovação, a matéria irá à promulgação pelo Congresso e impedirá que as MPs sejam reeditadas e vigorem indefinidamente sem apreciação pelo Poder Legislativo.

PÁGINA 3

Principais mudanças na edição de medidas provisórias		
Como é hoje		Como fica
30 dias	Prazo de vigência	60 dias, prorrogáveis por mais 60
As MPs podem ser reeditadas várias vezes	Reedição	Proibida
Não podem tratar de matéria penal nem de assuntos que tenham sido objeto de emendas constitucionais, entre outros	Conteúdo das MPs	Além dos atuais, não poderão versar sobre orçamentos, ativos financeiros, poupança popular, seqüestro de bens, temas regulamentáveis por meio de lei complementar, entre outros
30 dias, podendo ser reeditada	Prazo para votação pelo Congresso	45 dias, sob pena de trancar a pauta de votações
As MPs são analisadas no Congresso por comissão mista de senadores e deputados	Tramitação	A tramitação sempre se iniciará pela Câmara e a votação será separada nas duas Casas

CAS

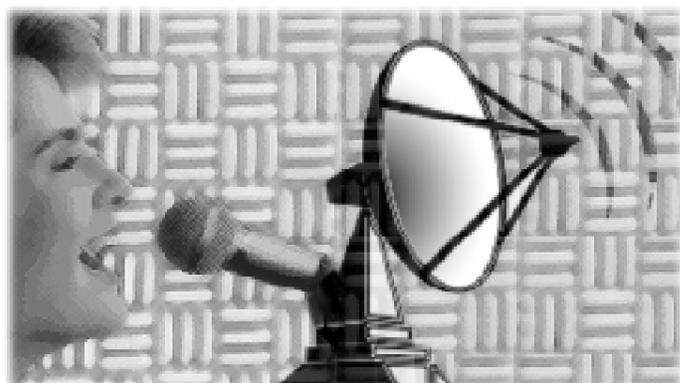
Simpósio analisa efeitos da regulamentação dos planos de saúde

PÁGINA 3

CRE

Senadores examinam manifestação pela paz no Oriente Médio

PÁGINA 4



Rádio Senado lança novos programas jornalísticos e musicais

Dois novos espaços jornalísticos e sete musicais, além de especiais sobre temas históricos, institucionais e políticos, compõem a nova programação da Rádio Senado. Entre as estréias, um noticiário interativo, o *Senado Primeira Hora*.

PÁGINA 6

OAB justifica ausência a debate sobre Judiciário

Bernardo Cabral informou ao Plenário que convidou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil para participar de audiência sobre proposta de emenda constitucional. O representante da entidade não pôde participar devido a viagem, disse

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) informou ao Plenário ter recebido o ofício do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, justificando que, devido a viagem ao exterior, não pôde participar de audiência



Bernardo Cabral: participação da OAB é fundamental

pública sobre a reforma do Judiciário realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Bernardo Cabral, que preside a comissão, explicou que, na condição de relator da reforma, havia convidado o presidente da OAB para debater o tema por considerar de fundamental importância a participação de uma categoria que, "nos anos difíceis, foi a maior representação que a sociedade brasileira teve".

— Que fique registrado que, como relator, tive a preocupação de convidar o presidente da OAB, que, por sua vez, teve a gentileza

de dizer da sua impossibilidade — salientou, acrescentando que analisará a possibilidade de convidar Rubens Approbato Machado para comparecer em outra oportunidade à CCJ.

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, que presidia os trabalhos, afirmou que a escolha de Cabral para relatar a reforma do Judiciário, "que permaneceu em estado letárgico na Câmara por quase dez anos", foi mais do que acertada.

— Nós não podemos errar outra vez na reforma do Judiciário, e é esse o cuidado que Vossa Excelência, um dos grandes juristas que nós temos, está tendo. Convidar o presidente da OAB para se manifestar é um ato de felicidade, pois acho que realmente temos que ter a palavra do presidente da Ordem, para que depois não venham dizer que ela não foi ouvida — concluiu Lobão.

Edison Lobão recebe o presidente da Eletronorte

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu na manhã de sexta-feira o presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes. O senador aproveitou para conversar com o dirigente da empresa responsável pela Hidrelétrica de Tucuruí a respeito do quadro energético nacional e da participação do Pará e do Maranhão no esforço



Lobão discutiu com José Antonio Muniz Lopes a redução do consumo de energia elétrica

de redução do consumo de energia elétrica.



SEGUNDA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 2001

AGENDA

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO
PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos da Constituição referentes à edição de medidas provisórias; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, sobre isenção de ICMS; e primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, sobre a destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo; entre outros itens.

Quarta-feira

14h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de medidas provisórias e de projetos de lei (crédito suplementar). Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, referente à isenção de ICMS; Parecer nº 828/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de José Coelho Ferreira para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; e segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, sobre limitação à edição de medidas provisórias; entre outros itens.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: homenagem a Pedro Aleixo pelo transcurso do centenário de seu nascimento.

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, sobre a limitação à edição de medidas provisórias; e votação, em primeiro turno, da PEC nº 6/98, inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; entre outros itens.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone. Convidados: professor Aymar Sperli, assistente do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciência Médica da Santa Casa de São Paulo; deputado Jamil Haddad, ex-ministro da Saúde; Bárbara Ferreira, do Comitê das Vítimas do Silicone; Marcos Ávila, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Luiz Carlos Celi Garcia, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica; Loriti Breuel, cirurgiã plástica; e José Carlos Daher, presidente do Sindicato dos Hospitais de Brasília. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLS nº 169/99 (tramitando em conjunto com PLS nº 502/99), institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40

anos de idade; entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento de Márcio Braga, ex-presidente do Flamengo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 151/00, dispõe sobre acesso a informações da Internet; PLS nº 76/00 (tramitando em conjunto com o PLS 137/00), define e tipifica os delitos informáticos; entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação de diversos relatórios. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados

15h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: exposição dos presidentes Cláudio Ávila Vargas, da Eletrobrás; José Antonio Muniz Lopes, da Eletronorte; e Luís Carlos Santos, da Furnas. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência com representantes da Agência Nacional do Petróleo; Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo; Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial; Associação Nacional de Normas Técnicas; e Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo, para instruir o PLC nº 80/96, que obriga empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo a lacrar os botijões. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PLS nº 599/99, estabelece tarifas diferenciadas para estados por onde circula gás natural, em gasodutos; entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

18h30 — CPI das ONGs

Pauta: depoimento do presidente da Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro (Cooperíndio), Jorge Pereira dos Santos, e do delegado da Polícia Federal em Manaus (AM) Nivaldo Farias de Almeida. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

Quarta-feira

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone. Convidados: diretores Carlos Scherr, do Hospital de Cardiologia de Laranjeiras, e Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; dos representantes Dóris Maria Hexsel, da Sociedade Brasileira de Dermatologia, e Aloísio Faria de Souza, da Sociedade Brasileira de Medicina Estética; e Ivo Pitanguy, cirurgião plástico; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 108/01, acrescenta parágrafos 7º, 8º e 9º ao artigo 47 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Proposta que restringe MPs terá votação final

Limitação ao poder do presidente da República de editar medidas provisórias vai ser examinada em segundo turno. Se aprovada, vai a promulgação pelo Congresso Nacional e entra em vigor

CAS realiza audiências para discutir uso médico de silicone

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza duas audiências públicas nesta semana para debater o projeto de lei da Câmara dos Deputados que trata do uso médico de próteses de silicone. As audiências vão acontecer amanhã e quarta-feira.

O projeto é relatado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que, ao lado de Nilo Campos (PSDB-RJ), Maria do Carmo (PFL-SE) e Marluce Pinto (PMDB-RR), é também autor do requerimento solicitando a realização das audiências, convocadas pelo presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

De acordo com o relator, as audiências vão debater os danos à saúde imputados à utilização do silicone. Conforme Sebastião Rocha, há denúncias de que o silicone causa doenças reumáticas, lúpus eritematoso sistêmico e até câncer. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por sua vez, classifica o silicone como uma substância de risco 3, o maior da escala, informou o parlamentar.

O representante do Amapá no Senado observa que os cirurgiões plásticos não vêem risco no uso do silicone, embora sejam contrários à obrigatoriedade de o paciente assinar termo de responsabilidade assumindo que está se submetendo à cirurgia por seu livre consentimento e que está esclarecido de que o silicone tem caráter estritamente estético.



Sebastião Rocha, relator da proposta, solicitou audiências

As audiências vão ainda debater o uso de silicone líquido — utilizado por dermatologistas para preenchimento de rugas, mas condenado pelos cirurgiões plásticos — e o uso de silicone por adolescentes.

Para a audiência pública de amanhã são esperadas as presenças do ex-ministro da Saúde, o deputado estadual do Rio de Janeiro Jamil Haddad; do professor Aymar Sperli, do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo; de Bárbara Ferreira, do Comitê das Vítimas do Silicone; de Marcos Ávila, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO); de Luiz Carlos Celi Garcia, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica; da cirurgiã plástica Loriti Breuel; e do presidente do Sindicato dos Hospitais de Brasília, José Carlos Daher.

Na quarta-feira, debaterão o tema o cirurgião plástico Ivo Pitanguy; o presidente da seção do Distrito Federal da Associação Brasileira de Cirurgia Plástica, Carlos Augusto Carpaneda; o diretor-adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques; o representante da Sociedade Brasileira de Medicina Estética, Aloísio Faria de Souza; a representante da Sociedade Brasileira de Dermatologia, Dóris Maria Hexsel; e o diretor do Hospital de Cardiologia de Laranjeiras, Carlos Scherr.

Será votada definitivamente na quinta-feira a proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe o poder presidencial de editar medidas provisórias (MPs). Em primeiro turno, a iniciativa recebeu 66 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. Se aprovada, vai à promulgação pelas Mesas da Câmara e do Senado.

Originalmente apresentada pelo ex-senador Esperidião Amin, a proposta tem por objetivo impedir que as MPs vigorem indefinidamente sem que o Legislativo sobre elas se pronuncie. Se aprovada a mudança, ficará estabelecido que as medidas provisórias só valerão por 60 dias. Atualmente, elas valem 30 dias, mas o presidente da República as reedita mensalmente.

Também em segundo turno, o Senado vota na quarta-feira a PEC do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que atribui aos estados produtores a cobrança de ICMS nas



O Plenário também examina proposta sobre ICMS nas operações com petróleo

operações interestaduais com petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos. Hoje, esse ICMS é cobrado nos estados consumidores.

Na quinta-feira, será votado projeto proibindo o candidato a senador de indicar parente próximo para ser suplente. De iniciativa da senadora Marina Silva (PT-AC), a matéria foi concebida a partir da preocupação surgida com o fato de que, nas últimas elei-

ções para o Senado, alguns candidatos registraram como suplentes o cônjuge, o filho, o pai ou o genro.

E, em primeiro turno, o Senado inicia a discussão de PEC do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que desapropria terras onde se explore trabalho escravo, destinando-as à reforma agrária e priorizando o assentamento dos colonos ali explorados, sem qualquer indenização ao dono.

CAE ouve especialistas sobre segurança de botijões de gás

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) realiza audiência pública amanhã, a partir das 17h, para ouvir especialistas sobre projeto de lei que manda as empresas distribuidoras trocarem todos os vasilhames a cada cinco anos e lacrá-los assim que recebem o gás, aumentando a segurança no manuseio do produto. Além disso, os vasilhames devem conter plaquetas informando o seu peso, a data em que o gás foi engarrafado e a validade do produto.

O projeto recebeu pareceres a favor e contra em comissões diferentes do Senado. O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), concordou com a audiência pública, solicitada por Carlos Bezerra (PMDB-MT), por causa das divergências que a proposta provocou. Carlos Bezerra foi o relator da matéria na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), onde recomendou a sua rejeição. Já Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) apre-



Carlos Bezerra: empresas aprovaram auto-regulamentação

sentou parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais.

Participarão da audiência pública representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP), do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindgás).

Eduardo Siqueira Campos argumenta que a maioria dos botijões não passou por revisão ou troca há mais de cinco anos.

Carlos Bezerra observa que as empresas distribuidoras aprovaram um código de auto-regulamentação, prevendo inclusive a troca dos vasilhames em dez anos.

Na CI, Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou voto em separado, pela aprovação do projeto. Cândido afirma que o código de auto-regulamentação já tem três anos e nem por isso diminuíram os acidentes com os vasilhames.

Simpósio na CAS analisa situação de plano de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza, a partir de hoje, simpósio sobre a regulamentação dos planos de saúde. O simpósio, que acontecerá no auditório Petrônio Portella, conta com a parceria da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O objetivo é analisar as consequências da regulamentação dos planos privados de assistência no país.

Com duração de dois dias, o simpósio terá a participação do governo, das operadoras de planos e seguros de saúde complementar e da sociedade civil. Em debate, temas como a estrutura das operadoras, a regulação dos preços e a articulação entre o público e o privado no sistema de saúde brasileiro.

Maiores informações podem ser obtidas no site do CNS (conselho.saude.gov.br). As inscrições para o simpósio são gratuitas e o pedido deve ser encaminhado por fax pelo número (0xx61) 315-2414 ou para o e-mail cns@saude.gov.br

Presidente da Eletrobrás debate crise

A comissão mista especial criada para estudar as causas da crise de abastecimento de energia no país e propor alternativas para seu equacionamento reúne-se amanhã, às 15h30, para ouvir os depoimentos dos presidentes da Eletrobrás, Cláudio Ávila Vargas, da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, e de Furnas, Luís Carlos Santos.

Na terça-feira passada a comissão debateu a crise com o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, e representantes das áreas de comercialização, distribuição e consumo de energia elétrica.



CAE examina incentivo a quem empregar jovens

Projeto estimula também a contratação de trabalhadores com mais de 40 anos. Comissão ainda discute critérios para distribuição do salário-educação e normas de comprovação de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal

CRE discute moção pela paz no Oriente Médio

A questão judaico-palestina será debatida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) amanhã, em reunião marcada para as 17h30. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou requerimento para que o Senado transmita ao chefe de Estado de Israel, à Autoridade Nacional Palestina e ao secretário-geral da ONU manifestação de apoio às iniciativas que objetivem o fim dos conflitos no Oriente Médio. O relator da matéria, senador Fernando Matusalém (PPB-RO), já emitiu parecer favorável à iniciativa. Outra matéria a ser analisada pela CRE é o projeto de lei da Câmara dos Deputados que proíbe o desenvolvimento, a fabricação e a comercialização de minas terrestres antipessoais. A proposta — que veda também a importação, exportação, aquisição, estocagem, retenção e a transferência, direta ou indireta, desses artefatos — tem parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Também na pauta da Comissão projeto de lei do ex-senador Luiz Estevão que estabelece tarifas diferenciadas para estados por onde circula gás natural. O objetivo é que essas tarifas sejam estabelecidas com base na distância percorrida pelos gasodutos. Estados como Mato Grosso do Sul, por exemplo, pagariam menos pelo gás natural proveniente da Bolívia do que os estados de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul. O projeto conta com parecer favorável do senador José Agripino (PFL-RN). A CRE deverá votar ainda a indicação do embaixador do Brasil na Rússia, José Viegas Filho, para exercer cumulativamente os cargos de chefe da missão diplomática brasileira junto às Repúblicas de Belarus, Casaquistão e Geórgia.

A Comissão de Assuntos Econômicos discutirá amanhã, às 10h, projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que oferece incentivos fiscais para os empresários que contratarem jovens inexperientes (de 18 a 25 anos) ou trabalhadores com mais de 40 anos de idade. Na opinião do senador, trata-se de uma oportunidade para que os jovens tenham chance de adquirir experiência e as pessoas mais velhas possam continuar produtivas.

Para ambos os casos, Antero propõe a redução, em 50%, das alíquotas das contribuições sociais destinadas ao chamado Sistema "S" (Sesi, Sesc, Sest, Senai, Senac, Senat, Sebrae), ao Incra, ao salário-educação e ao financiamento do seguro de acidente do trabalho, bem como a diminuição de 75% na alíquota da contribuição social destinada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O senador propõe ainda que o contrato com redução de encargos tenha duração de dois anos.

O projeto de Antero de Barros tramita com outro, de autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES), que prevê redução das mesmas contribuições, mas estabelece que o incentivo será concedido apenas



Antero Paes de Barros defende oportunidade para jovens e pessoas com mais de 40 anos

para as empresas que contratarem jovens de 18 a 24 anos. O relator das propostas é o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Consta ainda da pauta da CAE projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que fixa normas para redistribuição aos municípios de verbas do salário-educação, usadas no financiamento do ensino fundamental. A atual legislação determina que a União distribua um terço desses recursos, enquanto os outros dois terços são enviados aos estados, que devem dividi-los com os municípios. Não há lei federal que detalhe como os recursos devem ser redistribuídos aos municípios, o que permite uso de critérios políticos.

Pelo projeto de Álvaro Dias, a quota estadual e municipal do salário-educação será redistribuída de forma proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas redes do estado e dos municípios. Além disso, a proposta estabelece que os municípios passarão a receber dinheiro do salário-educação diretamente do Fundo Nacional da Educação (FNDE), eliminando a participação das secretarias estaduais na redistribuição.

Também estará em debate na CAE projeto de resolução do Senado, proposto por Paulo Hartung, determinando ao presidente do Banco Central que compareça à comissão e explique, em audiência pública, as medidas adotadas na última reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom). As explicações devem ser prestadas sempre na primeira reunião da CAE após o encontro do Copom.

Outros dois projetos de resolução, apresentados pelo senador Paulo Souto (PFL-BA) e Paulo Hartung, estabelecem como será a comprovação, por parte dos estados e municípios que pleitearem endividamento, de que cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ex-presidente do Flamengo depõe amanhã



O ex-presidente do Flamengo Márcio Braga depõe amanhã, às 10h, na CPI do Futebol. Ele é o principal líder da oposição ao atual presidente do clube, Edmundo Santos Silva. A CPI vem investigando uma série de irregularidades que teriam sido cometidas por Santos Silva na negociação de jogadores.

Uma delas é a compra do meia sérvio Petkovic ao Venezia da Itália, por US\$ 6,5 milhões, por meio de depósitos em contas sediadas em paraísos fiscais. Oficialmente, o Flamengo pagou US\$ 6,5 milhões por Petkovic, mas chegaram aos cofres do Venezia apenas US\$ 4,5 milhões. A explicação do Flamengo é que uma empresa do Caribe, a Lake Blue, recebeu US\$ 2 milhões pela intermediação do negócio.

A CPI já solicitou a quebra dos sigilos fiscal e bancário de Edmundo Santos Silva, mas o dirigente conseguiu uma liminar no Supremo Tribunal Federal suspendendo a decisão.

CPI das ONGs ouve presidente de cooperativa

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar denúncias sobre irregularidades na atuação de organizações não-governamentais (ONGs) marcou para amanhã o depoimento do presidente da Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro (Cooperíndio), Jorge Pereira dos Santos.

Na reunião, que está prevista para as 17h30, também será ouvido o delegado Nivaldo Farias de Almeida, da Polícia Federal. O delegado trabalha na Superintendência Regional do Amazonas, sediada em Manaus.

A CPI das ONGs, como é conhecida, é presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Os trabalhos da Comissão são relatados pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Justiça concede medida cautelar a Jader

A juíza Rosileide Maria Cunha Barros, da 21ª Vara Cível de Belém, concedeu medida cautelar de produção antecipada de provas favorável ao senador Jader Barbalho (PMDB-PA), contra o Ministério Público (MP) do Pará e o Banpará. A medida determina que os documentos que compõem o procedimento extrajudicial realizado pelo Banco Central (BC) e a nota técnica produzida pela 5ª Turma do



Jader vê manipulação de dados em prejuízo de sua imagem

Patrimônio Público do MP, que foram a público recentemente, sejam anexados ao processo judicial que corre na Justiça paraense.

O presidente licenciado do Senado afirma que está havendo manipulação dos dados em prejuízo de sua imagem e "criação de informações e dados que não existem entre os documentos analisados pelo Ministério Público". Ele solicitou à juíza que toda

a documentação constante das investigações do BC sobre o caso Banpará seja analisada por perito judicial, permitindo maior transparência.

A medida cautelar determina ainda a preservação de todas as peças do processo sujeitas ao sigilo bancário. "As peças trazidas com a (ação) inicial deverão estar condicionadas em envelopes lacrados, preservando-se o caráter sigiloso das informações contidas no pedido, cujo acesso será restrito às partes", diz o despacho da magistrada.

Depoimento não é obrigatório, diz Jefferson

O presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, não é obrigado a comparecer ao depoimento marcado para as 10 horas de quarta-feira, pois foi apenas convidado pela comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga denúncias contra ele. A observação foi feita por um dos três integrantes da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), em entrevista à imprensa na sexta-feira.

— Jader vem se quiser. Pode ser

que ele esteja na expectativa das conclusões da comissão para ver se será aberto ou não processo contra ele no Conselho de Ética. Não me perturba o fato de ele não vir. Se isso acontecer, talvez sejam necessárias outras diligências, mas a comissão continuará seus trabalhos da mesma maneira — disse Jefferson.



Jefferson Péres: não haverá retardamento nem atropelo

O senador disse que ainda não está definido se a comissão vai precisar de mais tempo para as investigações, mas afirmou que o adiamento só ocorrerá se realmente necessário. "Ninguém da comissão tem interesse em retardar, mas também não vamos atropelar para encerrar rápido. Dez de setembro é uma data provável", observou.

Saturnino: país pode ter que antecipar sucessão

O país tem de começar a pensar na hipótese de antecipação das eleições presidenciais, previstas para outubro de 2002, para não deixar o Brasil morrer. A advertência foi feita na sexta-feira, em Plenário, pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), ao comentar o "grito de guerra" do presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo o qual agora "é exportar ou morrer". A frase fez parte de pronunciamento na solenidade de posse do novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, na quinta-feira.

Saturnino considerou a frase do presidente "um grito vergonhoso", por expressar a extrema vulnerabilidade da economia brasileira, criada pela própria política econômica do governo. Para Saturnino, esse brado representa a confissão da última chance: ou o Brasil exporta, ou vai morrer. "Como é que o presidente não tem vergonha de fazer uma afirmação dessas?"

Para Saturnino, o governo não tem condições de aumentar as exportações em curto prazo, pois, para marcar posição no mercado exportador, deveria ter adotado, muito antes, uma política voltada para a exportação e o desenvolvimento, o que não foi feito.

O apelo do presidente às empresas multinacionais, para que elas exportem – disse Saturnino –, "é ridículo", porque nenhuma empresa vai se sensibilizar com apelos patéticos, feitos por um governo em estado terminal. As empresas, diferentemente do governo, têm planos e linhas de ação. Elas buscam o crescimento e o lucro e somente iriam exportar se

vissem nisso uma grande vantagem, avaliou o senador.

Para Saturnino, o governo não tem política de desenvolvimento, não tem política industrial, nem de recuperação da infra-estrutura: "O governo FHC só tem uma única política: conseguir superávits primários nas contas públicas, em obediência ao que foi acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI)". A declaração do presidente, nesse contexto, diz Saturnino, "é bombástica, vergonhosa e ridícula".

Se fosse adotar um modelo exportador, o país deveria, antes, substituir importações e fortalecer o mercado interno. O governo até que criou fundos para a ciência e tecnologia, mas com retorno a longo prazo, disse o senador, para quem outras condições essenciais não foram atendidas, como é o caso de uma reforma tributária que já não interessa ao governo.

Além de exportar mais, o Brasil precisa importar menos, para garantir bons níveis de superávit na balança comercial, mas a política do atual governo sempre foi a de traba-

lhar contra isso, na opinião de Saturnino. Ele citou o pagamento de US\$ 6 bilhões a US\$ 8 bilhões de frete internacional, valores que deverão crescer para US\$ 10 bilhões porque, explicou o senador, o governo simplesmente desmontou a marinha mercante brasileira.

Para Saturnino, o governo FHC é hoje um governo rendido. Basta ver o que acaba de fazer o presidente, ao ligar para George Bush, concordando em antecipar as discussões sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que é do interesse dos norte-americanos, e não do interesse do Brasil.



Saturnino: presidente expressa a vulnerabilidade da economia brasileira

Comissão examina mudanças nas regras para as eleições

Crítérios para distribuição do horário eleitoral gratuito e fim da boca-de-urna são alvos de projetos na pauta da CCJ

Dois projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que alteram a legislação eleitoral serão analisados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira, a partir das 10h. Um dos projetos, apresentado



Ornélas propõe novas regras para distribuição do horário eleitoral

pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), determina que, nas eleições em que houver duas vagas para senador, o tempo de propaganda no rádio e na televisão destinado aos dois candidatos será dividido igualmente. Também estabelece que, se o partido ou coligação registrar apenas um candidato ao Senado Federal, ou se um deles desistir da candidatura, o candidato único terá direito à metade do tempo destinado à legenda, sendo a outra metade dividida igualmente entre os demais partidos e coligações. A proposta

de Ornélas conta com parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), que concorda com o autor quanto ao mérito.

– Nas eleições em que são disputadas duas vagas para o Senado, temos, na verdade, dois pleitos separados, uma vez que cada candidato disputa a cadeira de senador individualmente, pelo sistema majoritário, o que significa que fere o princípio da igualdade permitir que um dos que se apresentam à decisão do eleitorado por um mesmo partido ou coligação tenha tempo de rádio e televisão maior do que o outro – explicou o relator.

Antonio Carlos Júnior entende ainda que a lei não pode permitir que um partido ou coligação seja beneficiado por apresentar um único candidato às duas vagas em disputa ou por lançar um candi-

dato tão-somente para que ele renuncie mais adiante, para permitir que o remanescente concorra com tempo duplicado.

O outro projeto é de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e tem como relator o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que elaborou parecer favorável à proibição, no dia da eleição, da divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos – a chamada boca-de-urna – mediante publicações, faixas, *outdoors*, adesivos, cartazes, camisas, bonés, *bottoms* ou dísticos em vestuários. A proposta também prevê a proibição da abertura de postos de distribuição ou entrega de material de propaganda de partidos ou candidatos.

A pena para o eleitor que infringir as normas é a de detenção, por até seis meses, ou pagamento de multa no valor de 5 mil a 20 mil Ufirs. Caso o infrator seja candidato a cargo eletivo, a pena será a cassação do registro.

Proposta reduz o mandato de senadores

Consta ainda da pauta da CCJ a análise de emenda constitucional de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que reduz de oito para quatro anos o mandato de senador e estabelece a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente da República, vice-presidente e senador. O relator da matéria, Francelino Pereira (PFL-MG), emitiu parecer contrário à PEC e examinou separadamente as duas alterações por entender que, quanto ao mérito, são de natureza distinta.

– A redução da idade mínima como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente, senador, governador e vice-governador não resultará em benefício algum para o exercício desses cargos. Ao contrário, privará os seus ocupantes de aproveitarem os ensinamentos da experiência e da maturidade – assinalou.

Francelino lembrou que nos Estados Unidos e Portugal o limite mínimo de idade é de 35 anos, na Alemanha, de 40 anos e na Itália, de 50 anos. O relator entende que a redução da idade mínima

traz para a vida política "um componente de risco, desnecessário e inoportuno". Ele também classificou como "pouco convincentes" os argumentos para a redução do mandato de senador, "principalmente porque tentam demonstrar a inexistência de diferenças fundamentais entre a atividade de um senador e de um deputado".

Francelino ressaltou o papel revisor do Senado nos projetos de iniciativa do Executivo e as suas competências exclusivas, como a aprovação de nomes para cargos do Judiciário e da administração pública.

Maguito comunica candidatura à presidência do PMDB

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) comunicou oficialmente ao Senado, na sexta-feira, sua candidatura à presidência nacional do PMDB para, segundo ele, fazer o partido retornar às suas origens, tornar-se independente, desvinculado do atual governo. Maguito disse ter certeza de que a convenção nacional do partido, prevista para o próximo dia 9 de setembro, lançará um candidato próprio à Presidência

da República. Para o senador, o PMDB tem de se aproximar do cotidiano das ruas.

– O meu objetivo é renovar o partido, retirando-o da desmoralizante condição de apêndice do governo federal. Nada temos em comum com um governo que errou na definição das suas prioridades, continuou errando na execução das suas políticas e insiste em perpetuar seus desacertos, como se não existissem outras al-

ternativas.

Segundo Maguito, é chegada a hora de tornar o PMDB "livre do equívoco de participar de um governo frio e insensível diante das carências do povo brasileiro", um governo, segundo ele, marcado por índices recordes de rejeição.

Maguito Vilela disse que a impopularidade do governo Fernando Henrique não é uma invenção dos seus adversários políticos, mas uma realidade confirmada

pelas pesquisas. Para o senador, "são as bases que querem o rompimento com o governo federal", observando que sua candidatura representa a certeza de que as bases serão ouvidas.

– O PMDB não pode mais aceitar o rótulo de partido de elite, que barganha e faz acordos espúrios.

Para o senador, "é inaceitável que o presidente da República, que integra um outro partido, queira influir nos rumos do



Segundo Maguito Vilela, "o PMDB não pode mais aceitar o rótulo de partido de elite"

PMDB". Disse ainda ser ponto de honra de sua plataforma a não aceitação de qualquer ingerência de políticos de outras legendas no destino do seu partido.

Educação discute crimes pela Internet

Conforme projeto de autoria de Renan Calheiros, em exame na comissão, delitos sujeitarão infratores a penas de detenção, reclusão e multas. Parecer do relator, José Fogaça, é favorável à matéria

A Comissão de Educação (CE) deve examinar amanhã, a partir das 11h30, projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que tipifica os crimes na Internet, fixando para os infratores penas de detenção, reclusão e multa. O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), apresentou parecer favorável ao projeto. A proposta divide os delitos cometidos na Internet em sete grupos: crimes contra a inviolabilidade de dados, contra a propriedade e o patrimônio, contra a honra e a vida privada, contra a vida e a integridade física das pessoas, contra o patrimônio fiscal, contra a moral pública e contra a segurança nacional.

O projeto dá especial atenção aos delitos cometidos contra concessionárias de serviços públicos, como distribuição de energia elétrica, centrais telefônicas e outros. Nesses casos, o projeto estabelece agravamento das penas. Para a difusão de material injurioso na Internet, por exemplo, o senador propõe pena de detenção de seis meses e multa.



Álvaro Dias é relator de proposta sobre registro das conexões entre usuários e provedores

Em caráter terminativo, a CE examina substitutivo ao projeto de lei que estabelece registros mínimos sobre as conexões entre usuários e provedores de acesso à Internet, que permitam a responsabilização daqueles que façam mau uso da rede mundial. O substitutivo do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), relator da matéria, já foi aprovado na reunião do último dia 21 e será apreciado agora em turno suplementar.

O projeto, que é de autoria do então senador Luiz Estevão, procura dar o primeiro passo no sentido de preservar a livre circulação da informação, garantindo a

segurança de sua veracidade. De acordo com o substitutivo, os provedores da Internet manterão registradas todas as conexões de seus clientes pelo período de um ano. As empresas telefônicas somente poderão liberar linhas próprias para os provedores mediante prova de capacidade técnica para o cumprimento dessa determinação. O substitutivo prevê ainda que as provedoras manterão cadastro atualizado de seus clientes.

Uma das principais mudanças acolhidas pelo relator, por proposta do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), diferencia usuários de clientes. Ele explica que, no caso da Internet, usuário seria todo aquele que se conecta a um *site*. Já a expressão "cliente usuário" se refere àquele com quem o provedor mantém um contrato de acesso.

Na pauta da Comissão de Educação constam ainda 21 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em várias cidades do país.

Francelino disse que Minas Gerais está orgulhosa com o trabalho da Fundação Dom Cabral



Francelino registra instalação de "campus" em Nova Lima

A inauguração do *campus* da Fundação Dom Cabral na cidade mineira de Nova Lima foi enaltecida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), para quem Minas Gerais passa a contar agora com um moderno centro de ensino voltado para as áreas de gestão e estratégia empresarial.

No entender de Francelino Pereira, o fato representa a melhor resposta aos desafios da atualidade, já que a proposta da Fundação Dom Cabral concentra-se no preparo de executivos de alto nível e na modernização das empresas brasileiras.

A Fundação Dom Cabral, in-

formou o senador, entrou em funcionamento há 25 anos, sendo originária "do esforço e da dedicação" da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na pessoa de Dom Serafim Fernandes, que hoje preside o conselho curador da entidade.

— Minas Gerais está orgulhosa e com razão, já que a Fundação Dom Cabral é um marco no ensino especializado brasileiro — acrescentou Francelino Pereira, para quem a instituição passa a ser reconhecida internacionalmente como um centro de ensino de qualidade.

Rádio Senado estreia nova programação

A Rádio Senado está estreando dois novos programas jornalísticos e sete musicais, além de especiais sobre temas históricos, institucionais e atualidades da política, economia e cultura. Com a nova programação, a Rádio Senado busca cumprir também um papel de emissora de caráter educativo e de utilidade pública, além do compromisso de garantir transparência absoluta à atividade do Senado Federal.

Os novos programas jornalísticos são o *Senado Primeira Hora*, às 8h, uma revista matinal com as primeiras notícias do dia no país e no mundo, em todos os setores. E o *Senado Notícias*, com três edições diárias — uma delas às 7h30 voltada exclusivamente para ondas curtas. As outras duas edições, às 14h15 e às 22h, para FM e ondas curtas, com as principais notícias do dia no Senado.

Sete novos programas musicais também foram lançados pela Rádio Senado. De segunda a sexta-feira o público poderá ouvir o

melhor da Jovem Guarda, da música de outros países de língua portuguesa e da música instrumental brasileira, além dos grandes nomes do samba e da música brasileira antes do surgimento da Bossa Nova. Todos esses programas têm reprise nos fins de semana:

Segunda-feira — *Festa de Arromba: Nos tempos da Jovem Guarda*

Terça-feira — *Tanto Mar: A música em língua portuguesa pelo mundo*

Quarta-feira — *Na Cadência do Samba: Os grandes nomes do samba*

Quinta-feira — *Chão de Estrelas: A música brasileira pré-Bossa Nova*

Sexta-feira — *Doce Melodia: Música instrumental brasileira*

Nos fins de semana, a Rádio Senado apresentará o programa *Cinemusical* — a música no cinema brasileiro, com três músicas, uma de cada filme, e suas respectivas sinopses. *Cinemusical* vai ao ar aos sábados, às 18h, e aos domingos, ao

meio-dia. *Recantar* — um autor por três intérpretes tem três edições aos sábados. Em cada uma delas, é focalizado um compositor brasileiro e a interpretação de sua obra por diferentes cantores e cantoras de diferentes épocas.

O jornalístico *Senado Primeira Hora* é interativo. Os ouvintes podem participar com perguntas pelo telefone 311-1516 ou pelo e-mail primeirahora@senado.gov.br.

Além da programação normal, a Rádio Senado também apresenta especiais sobre fatos históricos, grandes figuras da vida política ou cultural do país e temas da atualidade. Os dois últimos programas foram o especial sobre Jorge Amado, levado ao ar horas depois da morte do escritor, e sobre o aniversário de 40 anos da renúncia de Jânio Quadros, com documentos sonoros do próprio Jânio, do secretário particular do ex-presidente, José Aparecido de Oliveira, e de políticos e personagens do período.



Perguntas de quase 400 internautas sobre política ambiental e agricultura no país foram respondidas por Marina Silva

Marina Silva participa de bate-papo com internautas

A senadora Marina Silva (PT-AC) esteve conversando com internautas na sexta-feira, em um canal de bate-papo. Da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Marina Silva respondeu a perguntas de quase 400 internautas

sobre política ambiental e agricultura no Brasil. Em pouco mais de uma hora, ela defendeu a manutenção do atual Código Florestal, que preserva 80% da cobertura vegetal nativa em propriedades rurais na Amazônia.

Otávio destaca importância do ensino profissionalizante

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) destacou, em discurso na sexta-feira, a assinatura de convênio entre a Secretaria da Educação do seu estado e o Ministério da Educação para criação de mais uma escola profissionalizante no Pará, a ser locali-



Otávio também afirmou que ingresso na Alca pode ser bom para o Brasil

zada no município de Tailândia. O senador disse que várias escolas profissionalizantes estão em funcionamento ou em instalação no estado, oferecendo cursos nas áreas de mineração, agroindústria, agropecuária, biodiversidade, meio ambiente, informática, eletromecânica, construção naval, *design* e turismo.

Luiz Otávio ressaltou a importância da preparação da mão-de-obra nacional para que o Brasil deixe de ser um exportador de matéria-prima e verticalize a sua produção, passando a exportar produtos manufaturados.

— Em vez de exportarmos lingotes de alumínio, passaremos a produzir esquadrias, cabos, rodas de magnésio e até fibra ótica, num fu-

turo próximo — disse o senador.

ALCA

Comentando discurso proferido pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) anteriormente, Luiz Otávio afirmou que ingressar na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderá ser bom para o

Brasil, como fazer parte da Comunidade Européia foi bom para Portugal.

Em aparte, Saturnino disse que o caso da Comunidade Européia é bastante diferente do da Alca. Para o senador, há um sentido de comunidade na Europa e os países ricos estão investindo para ajudar os demais a diminuir as desigualdades. “Além disso, lá as fronteiras foram abolidas e criaram o Parlamento Europeu. Há um conceito de cidadania. No caso da Alca, só há mercado”, afirmou Saturnino.

Luiz Otávio elogiou, ainda, o governo Fernando Henrique Cardoso. Ao longo de seis anos, Fernando Henrique transformou o Brasil em um país respeitado”, destacou.

Ubirajara homenageia Exército ao comemorar o Dia do Soldado

O senador Pedro Ubirajara (PMDB-MS), ao reportar-se ao Dia do Soldado, comemorado no último sábado, 25, homenageou o Exército brasileiro e seu patrono, o Duque de Caxias. Ele enalteceu as qualidades de austeridade, nobreza de caráter, amor à legalidade, generosidade e pureza de costumes que, afirmou, caracterizaram Caxias.

— Essas qualidades se tornaram máximas do Exército brasileiro — disse.

Na opinião de Pedro Ubirajara, o relacionamento amigo do Brasil com seus países limítrofes passa pela harmoniosa relação do Exército brasileiro com os de seus vizinhos, fato amplamente comprovado no caso da Colômbia, em que todos estão irmanados na luta contra o narcotráfico internacio-



Pedro Ubirajara exaltou a memória do Patrono do Exército, Duque de Caxias

nal.

Pedro Ubirajara destacou o trabalho realizado pelo 9º Batalhão de Engenharia de Combate, sediado em Aquidauana (MS), informando que essa unidade desempenha missões convencionais de combate, atividades logísticas de suprimento e de trabalhos técnicos.

Em aparte, Lindberg Cury (PFL-DF) lembrou que, em sua infância, aquela data era festejada nas escolas, com as crianças desfilando e exaltando a figura do soldado. “Estranhamente, hoje em dia isso não acontece mais”.

Também em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) falou sobre seu tempo de serviço militar, no Batalhão da Guarda Presidencial. “Fui guarda em todos os palácios governamentais em Brasília”, afirmou.

Para Lindberg, CPMF pode ser embrião da reforma tributária

Ele afirma que essa modalidade de arrecadação já demonstrou ser eficaz, além de não prejudicar a produção e o consumo

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) voltou a defender na sexta-feira uma reforma tributária com o objetivo de “simplificar a vida do governo, do empresário e do cidadão comum”, que, observou, não sabe sequer quanto paga de impostos quando compra um quilo de feijão.

Para o senador, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que arrecada 0,38% de cada movimentação bancária feita em depósitos, saques ou aplicações, poderia ser o embrião dessa mudança. É que,



Número de impostos no país chega a quase 60, afirma Lindberg Cury

segundo ele, essa forma de arrecadação já demonstrou ser simples e eficaz, além de não prejudicar a produção e o consumo.

Sem a reforma tributária, na visão do senador, a empresa nacional continuará a ser dilapidada por uma avalanche de impostos — que chegam a quase 60 — que obriga o empresário a verdadeiros malabarismos para sobreviver no mercado, “muitas vezes utilizando-se de todas as artimanhas que o próprio governo acaba estimulando”.

— Sonegar não é mais incorrer

em ato ilícito. Passou a ser prática comum, diante das impropriedades do governo ao criar impostos e contribuições sem limites, numa tentativa absurda de arrancar das atividades produtivas a oportunidade de crescimento de uma nação, por meio do engrandecimento de seu povo — afirmou Lindberg Cury.

O senador Roberto Freire (PPS-PE), em aparte, manifestou-se a favor de uma reforma tributária, a ser feita, porém, pelo próximo governo. A seu ver, o governo Fernando Henrique não tem mais apoio da sociedade e nem das classes política e produtoras para promover a mudança. O senador Pedro Ubirajara (PMDB-MS) também defendeu a reforma.

Amir Lando pede apoio para produção de leite em Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) cobrou do Ministério da Agricultura um programa de investimentos que beneficie diretamente os produtores de leite de Rondônia. Ele defendeu a introdução de modernas técnicas de manejo, transferência de embriões e propagação da inseminação artificial para melhoria do rebanho e a adoção de medidas que possibilitem preço justo para o leite na região.

Embora reconheça que o setor enfrenta dificuldades em todo o país, Lando observou que em Rondônia a situação “beira o colapso”. Ele disse que, enquanto a média nacional do preço do leite é de R\$ 0,35

o litro, em Rondônia esse valor não passa de R\$ 0,22.

Lando afirmou que os incentivos dados pelos governos estadual e municipais, embora minimizem os problemas do setor, não têm fôlego para resolvê-los, já que a questão se insere em um quadro maior, de política agropecuária em âmbito nacional. Ele ressaltou que ninguém pode ser contrário a preços baixos para o consumidor, principalmente em um país com desigualdade na distribuição de renda, mas observou que “o pior dos mundos” é o baixo consumo conjugado com a baixa produção.

— O alimento não pode ser consi-



Lando defende investimentos para melhoria do rebanho e preço justo para o produto

derado uma *commodity* como outra qualquer, ao sabor das leis do mercado, principalmente o internacional — disse, lembrando que os países desenvolvidos subsidiam sua agricultura.

O assunto deve receber a atenção do Congresso e do governo, frisou Lando, para quem de pouco vale a estabilidade econômica quando milhões de brasileiros não têm acesso a uma alimentação digna. Para isso, disse, existem terras, clima e obstinação dos produtores, “mas vontade política, nem sempre”.

Eduardo elogia incentivo do governo ao Pronaf

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou a decisão do governo federal de destinar R\$ 4 bilhões para o Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), dos quais R\$ 42 milhões irão para o estado do Tocantins. “É pouco, considerando-se as potencialidades do estado, mas espero que esses recursos possam aumentar, no futuro, diante da boa aplicação e dos resultados positivos que nossos agricultores irão apre-

sentar”, disse.

Para Eduardo Siqueira Campos, a decisão de liberar mais dinheiro para o Pronaf é uma ótima notícia, tendo em vista que se trata de uma verdadeira política social, que não pode ser confundida com política assistencial, mas sim definida como medida que se soma à promoção humana e seu sig-



Segundo Eduardo, 11 mil famílias serão atendidas no Tocantins

nificado econômico. “É por meio da produção e da renda distribuída que a economia alcança sua dimensão social”, avaliou.

O senador afirmou que no Tocantins cerca de 11 mil famílias de agricultores, das quais 30% são chefiadas por mulheres, deverão ser beneficiadas pelo Pronaf.

Carlos Wilson critica arrocho salarial dos servidores e política de privatização

Na opinião do senador, a omissão no reajuste dos funcionários e a venda de estatais são operações articuladas para saldar compromissos financeiros internacionais e cumprir metas ajustadas com o FMI

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), afirmou que o arrocho salarial dos servidores públicos e a política de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso são operações articuladas com um objetivo comum: desviar verbas públicas dos investimentos sociais indispensáveis ao desenvolvimento, para saldar compromissos financeiros internacionais e cumprir metas fiscais ajustadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Sobre a política de arrocho sala-

rial imposta ao funcionalismo, Carlos Wilson lembrou que o Supremo Tribunal Federal declarou o presidente da República omissivo no cumprimento de emenda constitucional promulgada em 1998. A emenda, disse o senador, exige que o Executivo envie projeto de lei ao Congresso contendo revisão anual dos vencimen-



Carlos Wilson: governo FHC está deteriorando a máquina estatal

tos dos servidores.

Carlos Wilson afirmou que qualquer reajuste proposto pelo governo deverá ser retroativo a 4 de junho de 1998, data da promulgação daquela emenda constitucional. Caso contrário, acrescentou, o poder público estará afrontando a Constituição.

Na avaliação do senador, o governo Fernando Henrique está deteriorando a máquina esta-

tal com ações "discriminatórias e elitistas", entre elas a de manter o servidor sem aumento salarial há sete anos e a de beneficiar apenas cerca de 130 mil servidores da União, do total aproximado de 500 mil, com carreira prioritária ou com reajustes diferenciados desde 1995.

Quanto à política de privatização, Carlos Wilson considerou que ela está lesando o patrimônio público de forma indiscriminada e promovendo a redução da qualidade nos serviços prestados pelas empresas privatizadas.

Nabor cobra solução para o reajuste

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) conclamou na sexta-feira senadores e deputados a realizarem uma análise profunda da questão do reajuste a ser concedido ao funcionalismo público, categoria que, informou, acumula perdas de 75,48% desde 1995. Ele disse que é obrigação dos parlamentares "corrigir tão gritante injustiça", mas com o cuidado de manter a estabilidade econômica e impedir o retorno da ciranda inflacionária. Nabor lembrou que o Orçamento da União começará a ser discutido em 1º de setembro.

— A questão será submetida ao Congresso no bojo do Orçamento



Nabor Júnior quer corrigir "gritante injustiça" contra servidor

da União para 2002 e caberá a nós, parlamentares, com dupla responsabilidade de legisladores e representantes da sociedade, encontrar soluções factíveis e satisfatórias para os dois aspectos do confronto — frisou.

Nabor lembrou que o Executivo não vem cumprindo dispositivo constitucional que prevê a obrigatoriedade de reajuste linear anual ao funcionalismo. Ele observou que algumas categorias têm sido privilegiadas — as chamadas carreiras de Estado, que tiveram aumento entre 20% e mais de 200%, segundo matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*.

O senador acreano acentuou que oferecer um reajuste de "miseráveis" 3,5%, conforme propõe o governo, a quem está com salários congelados desde janeiro de 1995 "é algo que precisa ser ponderado com serena responsabilidade". Citou o caso de um funcionário da Fundação Nacional de Saúde, Gilmar Cabral, que, conforme divulgado pelo *Jornal do Brasil*, procurou um advogado para ingressar na Justiça, recusando-se a receber o minguado reajuste.

— É forçoso que nos empenhemos em encontrar soluções capazes de devolver a dignidade profissional à categoria, expressa no elemento direito à remuneração e ao reconhecimento, por toda a sociedade, de suas tradições de competência e dedicação ao progresso do Brasil — concluiu Nabor Júnior.

Governo não executa programas sociais, diz Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que, ao contrário do que divulga, o governo federal não tem nenhum compromisso com os programas sociais que chama de prioritários. Em discurso na sexta-feira, ela comentou reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no último dia 19, indicando, com base em relatório do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o governo praticamente parou programas de saneamento básico, segurança pública, habitação, obras em rodovias e reforma agrária. Os 50 programas prioritários para combater a pobreza e diminuir a exclusão social tiveram

baixíssima execução na primeira metade do ano; deles, 28 gastaram menos de 10% do previsto e nenhum atingiu 50% da execução.

— Há incompatibilidade entre os programas sociais e as metas traçadas pelo Fundo Monetário Internacional. E a postura do governo tem sido sempre a de priorizar o FMI — disse Marina.

A senadora lembrou que em 1999, logo após firmar acordo



Marina afirma que não há compromisso com programas prioritários

com o FMI, o governo cortou parte do orçamento da área social. Os mais prejudicados foram os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Meio Ambiente, Política Fundiária, Comunicações e Transportes.

— Os programas de combate à pobreza deveriam ter sido poupados, mas foram duramente atingidos — lamentou Marina, lembrando que, neste mês, mais um corte foi realizado.

Freire propõe criar Conselho da Juventude

A criação do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) foi proposta na sexta-feira pelo senador Roberto Freire (PPS-PE). Ele anunciou em Plenário ter apresentado uma emenda nesse sentido à Medida Provisória nº 2.208, que estende a todos os menores de 18 anos o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos culturais e esportivos.

Ressaltando ser contrário à edição de medida provisória para regulamentar a matéria, Freire afirmou que



Para Roberto Freire, é preciso considerar a realidade da juventude

seu partido

considera positiva a decisão do governo, por significar uma política de incentivo à maior participação da juventude na vida cultural do país.

De acordo com a emenda apresentada por Freire, o novo órgão deverá ser criado nos moldes do Conselho Nacional da Condição da Mulher. O Conselho Nacional da Juventude terá por finalidade a definição de políticas nacionais que visem promover os direitos da juventude, além de garantir e incentivar a participação ativa desse segmento nos processos de decisão nacionais. Ao CNJ caberá, ainda, o papel de regular e fiscalizar o cumprimento das normas decorrentes da extinção do monopólio de emissão de carteiras de estudantes pelas organizações estudantis.

— Não podemos projetar o Brasil do futuro se não levarmos em consideração a realidade e as necessidades da juventude. O conselho proposto deve assumir as competências que garantam a participação do jovem nas decisões sobre seus próprios destinos — disse o senador.

Freire destacou que a identidade estudantil não perde a utilidade com o fim de seu uso para pagamento de meia entrada em espetáculos culturais e esportivos. Lembrou que ela ainda tem o papel de garantir desconto nos preços das passagens de transportes coletivos. Segundo Freire, esse não é um caso de incentivo, mas a forma de garantir que os estudantes tenham condições de se locomover até a escola.



Alcântara: Brasil obteve prestígio internacional

Alcântara registra encontro mundial sobre HIV/Aids

A realização da Assembléia Geral na ONU sobre o tema "HIV/Aids — Crise Global, Ação Global" foi comentada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que destacou o prestígio obtido pelo Brasil graças às medidas adotadas pelo Ministério da Saúde e à distribuição gratuita do coquetel de remédios contra a Aids. Ele lembrou que o país é considerado modelo no combate à doença e lidera movimento para ampliar o acesso das nações pobres aos medicamentos antivirais.

— Mas o principal problema é o que diz respeito à propriedade intelectual, que colocou o país em conflito de interesses comerciais com os Estados Unidos e multinacionais do ramo farmacêutico — assinalou.

Alcântara explicou que o Brasil já havia conseguido a aprovação, em maio, de resolução da Organização Mundial da Saúde que define objetivos para o tratamento da Aids. Destacou que um dos pontos mais importantes do acordo que gerou essa resolução foi a garantia de preços diferenciados de remédios para populações carentes.